

## DO ESTADO NOVO AO 25 DE ABRIL



INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS  
FACULDADE DE LETRAS

COIMBRA 1995

**BANDARRA E OUTROS, 1934-1936**

O *Bandarra*, "semanário da vida portuguesa", publicou o seu primeiro número em 18 de Março de 1935, e ia durar dez meses. Mas, já em 30 de Junho de 1934, um jornal com esse título (que, aliás fora usado, de Abril a Julho de 1848, por um "jornal literário e recreativo" de tom setembrista, em pequeno formato) veio a lume — "semanário literário" como se dizia e tendo como director, editor e proprietário António Ferro, que desde o ano anterior dirigia os destinos do Secretariado de Propaganda Nacional. Estranha publicação esta, que tinha a redacção e a administração inexistentes na própria residência do proprietário, coisa particularíssima cuja origem se ignora em bastidores de momento. Só o desejo de reservar o título bem sonante, e de certa carga ideológica, pode, aparentemente, explicar a publicação destas únicas quatro páginas de formato médio, que constituem o "número ante-primeiro" e comportam tão somente, em texto sem título, uma longa preleção sobre as artes gráficas: "Desde a introdução da Imprensa em Portugal [...] as artes gráficas têm constituído sempre neste País uma brilhante manifestação industrial, artística e intelectual"... — e por aí fora, tratando da organização profissional das tipografias, de direitos alfandegários do papel, e terminando por dizer que, "se alguns destes pontos merecerem dos actuais Poderes Públicos a sua atenção, os artistas gráficos ficarão vivamente reconhecidos ao Estado Novo". Não evocarás o Seu Nome em vão era preceito

\* Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

sabido, de certo, pelo director do S.P.N., "Poder Público" ele próprio — e a pergunta subsiste, da razão da saída do jornal, dúvida que a sua última parte, para ocupar o espaço restante na densa composição, não esclarece, ou ainda menos, ao dar duas colunas de um romance, sem título nem nada, que trata da famosa "Mata Hari"... "Canular" político, dada a posição recente do autor? Resta a hipótese de salvaguarda do título, porque daí a oito meses e meio o veremos nas bancas.

No mesmo dia em que Ferro editou (talvez) a sua folha, um "semanário de crítica literária e artística" era lançado em Lisboa, primeiro da sua espécie que era, bem entendido, diferente daquela que a *Seara Nova* definira e mantinha, então com dificuldades provenientes da nova situação política. Crítica literária sobretudo, com menores práticas de arte, de teatro e de cinema, assegurou então *O Diabo*, de propriedade privada e gerência de Horácio Virgílio da Cunha que como proprietário se manteve até ao fim do jornal, em 1940, através de vicissitudes várias, logo de direcção. À fundação do jornal, foi ela assegurada por Artur Inés, de boa tarimba profissional n'0 *Século* e n'A *Capital* e que viria a chefiar a redacção da *República*, nove anos mais tarde, tendo também, e sobretudo de vocação, praticado o jornalismo desportivo n'Os *Sports* cuja redacção igualmente chefiara. O mesmo jornalista publicara, no ano anterior, em 13 de Abril, um violento manifesto contra António Ferro, na *República*, em sua primeira página, por maior relevo, estranhamente anónimo mas assinado em folheto logo esgotado — Ferro falara no "sebastianismo" dos democráticos, no *Diário de Notícias*, e com o escândalo ainda possível neste campo em que a política policial não começara a cobrir suficientemente as coisas do espírito, na política do mesmo nome, que o próprio Ferro ia definir. Entre jornalistas, enfim — em que maior talento, na verdade, cabia ao próximo inventor da propaganda do regime... Ele respondeu sem violência, mas era evidente que alguma outra resposta havia de ser dada ao desafio — agora concretizado pelo jornal que o seu adversário lançava.

*O Diabo* só viria a ser proibido seis anos depois, quando mais marcado por uma direcção marxista que não cabe aqui historiar — importando, porém, fazê-lo um dia. De momento, a sua ideologia era liberal republicana, em simpatia "reviralhista" como ainda, com inocência de Iª República, se dizia, e fazia. Excelente e original apresentação gráfica em grande formato, todo composto e titulado

em "courier", como novidade absoluta em tipografia, agradou à vista e a colaboração era assegurada pelos melhores nomes da sua tendência ideológica em que tinham lugar também os anarquistas da "Veneza", como Jaime Brasil e Roberto Nobre que logo no primeiro número publicou um bonito desenho de inspiração almadina — e seria, em plena guerra da Etiópia, mais tarde, uma voz indignada de apoio ao país sacrificado pelas potências europeias ao imperialismo italiano denunciado por outros escritos; como também foi o de Hitler, logo no número 1, com caricatura de apoio (n.º 6) metendo o "Führer" num caixote de lixo pelo lápis de José de Lemos, é verdade que essa única vez colaborador. Eduardo Scarlatti e o próprio Roberto Nobre assumiam críticas de teatro e de cinema, e foram nessa época as melhores de Lisboa. Menos acertado, Nogueira de Brito ocupava-se das artes plásticas que contavam, porém, com excelentes crónicas de "Pim-Pam-Pum" de Diogo de Macedo. A música cabia então a Luís de Freitas Branco, mas as letras tinham mais variado e lato tratamento. Os "Sete Dias da Semana" passados em revista por José Ribeiro dos Santos, punham pedra de sal político nos comentários — e havia, anónimos, os "suelos" de "Coisas de O Diabo"... Rodrigues Miguéis podia falar "Sobre a eficácia das ideias", e mais nomes, de Alfredo Guisado, de José de Bragança, de Julião Quintinha, compunham o conjunto em que cabia Brito Camacho e Teixeira Gomes, e, já em 1935, o Casais Monteiro da *Presença*. A "Literatura Social Brasileira" foi tratada pela primeira vez por Ferreira de Castro cuja *Selva* era ainda êxito recente — e, primeiríssima, houve um insólito artigo sobre o Marquês de Sade por Jaime Brasil (n.º 59), em Agosto de 1935. A famosa entrevista de Afonso Costa a um jornalista brasileiro (n.º 6) foi transcrita, com assentimento da Censura que já lhe admitira excertos em outros jornais: era *A Verdade sobre Salazar* do brasileiro, que ao regime convinha assim fazer divulgar para justificar comentários críticos apropriados...

Em Março de 1935, *O Diabo* passou a empregar, no cabeçalho, a vermelho, novo tipo cursivo, que ficou e foi usado, com "futuras", nos títulos dos artigos, animando a paginação. Um primeiro linóleo "neo-realista", como ainda se não dizia, de António Lopes (que teria relativa importância na história do movimento) saiu no n.º 39 e no n.º 47, em 19 de Maio de 1935, comemorou-se centenário e meio da morte de Vitor Hugo, num número especial, tricolor e vibrante, em que o vate liberal era endeusado, de artigo em artigo. Talvez aí

ficasse mais esclarecida a ideologia do jornal e da média dos seus colaboradores. Em Agosto, porém, e sem qualquer explicação, Artur Inés deixou a direcção d'*O Diabo*, "voluntariamente", com passagem da pasta a proprietário, em situação provisória até novo director ser encontrado que merecesse aprovação da Censura — e foi o nome respeitado de Ferreira de Castro que, com perfil baixo, o substituiu em Setembro, ao n.º 64. Contava então o *Bandarra* já 27 números publicados do outro lado da barricada.

Mas outro jornal aparecera também, uns cinco meses antes d'*O Diabo*: *Fradique* que, de outro e mais visível modo, incomodava o *Bandarra*. Dirigia-o Tomás Ribeiro Colaço, filho do pintor e azulejista ilustre Jorge Colaço, neto do poeta romântico cujo nome recordava no seu, e um tanto barão constitucional por título não renovado — e monárquico impenitente, na boa sociedade elegante que frequentava, depois de ter andado pelo Brasil. Voltava então "tendo ganha(do) mais clara consciência da sua geração", e abandonado "certa tristeza preguiçosa e cheia de caprichos" que lhe dera versos e um notável romance, *A Folha de Farra*, em 1930, que (mais tarde se disse) "inovara no jogo psicológico do romance português, algo mundano ainda", e Régio elogiara. Cultivava ele "certa irreverência bem educada", ao "apetecer-lhe descer o Chiado" outra vez, de café em pastelaria, por prática lisboeta. Com isso lançava um "semanário intelectual" que, monárquico ele, não o era, mas aberto a todos. Podiam estes ser tradicionalistas como Correia de Oliveira, Eugénio de Castro e Lopes Vieira, Antero de Figueiredo, Malheiro Dias e Alfredo Pimenta (e a sua "clareza soberana"), Agostinho de Campos, Fidelino, Queiroz Veloso, Carlos Selvagem, Vasco de Mendonça Alves, Cortez, Hipólito Raposo e o Conselheiro Fernando de Sousa d'*A Voz*, em declarado preito de admiração — que não parecia extensiva a ninguém das artes plásticas totalmente esquecidas. A não ser para defender, em urbanismo, uma Lisboa virada para o Tejo, considerando "errada" a que se processava de costas voltadas ao rio. Colaboradores certos, de rubrica, tinha Ivo Cruz para a música, Pinto Sacavém para as artes, F.M.Pressler para o cinema. Outros teve em polémicas desejadas, contra Casais Monteiro, contra Régio, contra Botto ("poeta que não existe"), contra o Nacional-Sindicalismo do jornal *Revolução Nacional* que era então finta da Situação, mas com isso houve elogio e prosa de Rolão Preto no seu próprio banquete. E houve também carta do director a Mussolini ("Foste até ao berço

dos italianos impor a saúde, a vitalidade, a força"...), e pedido a ele e a Salazar para que acudissem à França balouçada entre a maçonaria e o comunismo (n.º 11, Abril de 1934). Ao próprio Salazar, Ribeiro Colaço dirigiu missiva um tanto de mestre de pensamento ("formador de espíritos" não deixava de se supor) a pedir-lhe "uma grande ambição portuguesa", que seria "uma Lisboa magestosa e clara toda virada ao sol!" (n.º 7) — e também, logo no n.º 3 do jornal, lançando ideia de uma grande exposição internacional a comemorar o 8º centenário da nacionalidade, que deveria ter lugar em 1943, e foi em 40... Por golpe jornalístico imitou ele então uma Nota Oficiosa com tal anúncio — embora terminasse ironicamente, considerando a coisa "sonho impossível de uma realidade impossível". Em bom jeito de *pastiche*, Ribeiro Colaço logo, aliás, no primeiro número do jornal, imitara habilmente textos de vários nomes conhecidos a fingir colaboração, em desafio gracioso. "Miradouro da Graça", "Bolas de Sabão", "Chá e Bolos", "Porto de Honra" eram, de resto, títulos de secções que diziam o que pareciam dizer, na grande trapalhada gráfica das páginas de largo formato do jornal, sem princípios no "mármore" muito ocasional. Só, um dia ou dois, uma colaboração específica de António Pedro, em composições gráficas "dimensionistas" de "Solilóquio Mostrado", em Agosto, e na página chamada "Climat Parisien" (19 Dezembro) em que reuniu colaboração internacional na altura importante, em termos de introdução ao surrealismo, com estreia nacional assim. Do lado ideológico ou assimilável, *Fradique* publicou em Abril nova versão d'*Os Sete Pecados da Vida Nacional* em que Augusto da Costa insistia desde 1927 e 30, aperfeiçoando a análise algo bacoca e interessada em carreira que não teve na Situação; e em três capítulos sucessivos (desde Julho) um livro que só sairia no Brasil em 1947, *A Calçada da Glória*, do próprio director, romance de um tal Antero Chumbo que "foi trepando pelo seu tempo como um simio por um coqueiro" — e que era, em "chave" que logo se viu, o próprio António Ferro que por alguma grave razão detestava. Ferro malhado à esquerda republicana como à direita monárquica... O livro, aliás, só teve leitura na Biblioteca Nacional, após 1974.

O jornal (que anunciava "larga remodelação" para Janeiro de 1935, num prospecto em cata de assinantes) terminou a sua vida ("suspendeu", disse) ao n.º 99, em 26 de Dezembro de 1935, "para estudar possibilidades de fazer mais e melhor" — o que, é claro, nunca mais aconteceu, vindo Ribeiro Colaço a partir de novo para

o Rio de Janeiro onde muito mais tarde faleceria.

De um "semánario de actualidades e espectáculos", aparecido em 5 de Janeiro desse ano, e que durou onze números, *Dominó*, dirigido por Luís de Oliveira Guimarães, cronista humorista e meio mundano que já então se arredara de colaboração com outro folhetinista, João Ameal, entrado em carreira política de pretensão historiador — não valerá a pena muito falar, com a sua colaboração vária de jornalistas, sobretudo teatreiro, algo cinematográfico e mais mundano de actualidade. "Dominos... tecum", dizia o director na apresentação — e no último número, sem se despedir, tinha sobretudo um comentário jocoso, sobre o *Bandarra* entretanto aparecido, com sua grande barra verde "que dava muito nas vistas", "mas (que) como esparregado — (era) excelente"... Daí não vinha mal ao novo jornal aparecido em 16 de Março, ou seja cinco dias antes, mas do *Fradique* algo, e daí o ataque que logo lhe fez, "filho espúrio do Eça que se edita à quinta-feira", ou "folha de parra semanal" do seu director inimigo dos amigos de *Bandarra*...

O nome do famigerado sapateiro-poeta de Trancoso no século XVI editado e proibido pela Inquisição pelos séculos fora, publicado quatro vezes mais no século XIX, fora posto em moda sebastianista — agora com especial interesse de um caro amigo de Fernando Pessoa, Augusto Ferreira Gomes, funcionário do S.P.N., poeta e sobretudo homem de comprovado gosto gráfico. Não se tratava, certamente, de substituir Fátima por Trancoso como Pessoa prégava, na sua mitologia pátria — mas, pôr o *Bandarra* do lado do Estado Novo, pesasse-lhe embora, não deixaria de ser aproveitável. Como Ferro terá visto (?), mas não desejando ele dar andamento à ideia que teve com certeza em Ferreira Gomes um entusiasta, e um orientador gráfico original, mesmo que "dando nas vistas" com larga barra verde e o seu grosso *lettering*. Ou para isso mesmo, o jornal foi anunciado, novidade em Lisboa, por excelentes cartazes modernos — que, pelas más reproduções então publicadas, parecem ser obra de José Rocha.

O financiamento da publicação perde-se no anonimato de uma empresa *ad hoc*, mas a direcção foi confiada a Pedro Correia Marques, com o título de redactor principal: fora jornalista d'A *Época* monárquica e, desde 1927, d'A *Voz*, com cargo de redactor principal e de director à morte do Conselheiro Fernando de Sousa, já em 1947. Homem traquejado, portanto, como era o Artur Inez d'O *Diabo*, fizera versos, fora integralista e ainda, havia pouco, dirigia

uma pequena revista nacionalista chamada *Mocidade Portuguesa*, sem futuro como tal.

Por "definição" (e era secção breve de "fundo" hebdomadário), *Bandarra* pugnava pela "Ordem" numa realidade vivida e "totalitária", e no outro "fundo" vizinho sempre anónimo, "Comando", declarava-se que o jornal, "não apenas jornal de hoje mas jornal de amanhã", seria "o grito da Política do Espírito nas ruas de Lisboa" — com 100% de nacionalismo. Por baixo, a imagem de um avião de combate ostentando o nome de "Salazar"... Muitos pseudónimos aparecem nas colunas, sabendo-se que era hábito e tática de Correia Marques: Tacitus, Jorge Afonso, Francisco Manuel, mesmo João da Ega, a opor-se ao Fradique do outro hebdomadário. Mais definições no n.º 2: Cultura "implica antes de mais nada uma ordem", porque "o espírito deve servir na luta imensa que se trava agora". E insiste-se sempre, a seguir, que a divisa do jornal não é a liberdade mas a ordem, que anti-liberais são os seus colaboradores. Como tal, "Na Batalha das Ideias", João Ameal, já na primeira página do primeiro número, via Alfredo Pimenta como "o nosso melhor ensaísta"...

Crítico de cinema mais constante em secção era Domingos Mascarenhas, medíocre; de arte, Augusto Ferreira Gomes, atacando Vieira da Silva contra António Pedro, via na Iª Exposição de Arte Moderna do S.P.N. um "escol de artistas que anunciavam a nova aliança entre o Estado e a Arte" — sempre com destaque especial para Francisco Franco, que, já no n.º 1, em discurso num "banquete dos intelectuais nacionalistas", declarara a "fraternidade da Política e da Arte", a propósito dos prémios literários do S.P.N., a cuja distribuição o próprio Salazar presidira solenemente, de casaca, notícia, na verdade, de quotidiano, mas que *Bandarra* devia sublinhar. E que João Gaspar Simões tivesse criticado o prémio de Vasco Reis (em vez do Fernando Pessoa da *Mensagem* — como se sabia mas se escondia no comentário) não passou sem ataque do jornal que elogiava o "poema nacionalista" do padre premiado.

No n.º 3 iniciava-se um inquérito à situação do teatro português em primeiro lugar ouvindo os comissários do governo no Nacional e no S. Carlos e o Presidente do Sindicato Nacional da Crítica. O primeiro era, ainda assim, Vitoriano Braga, o segundo, menos do que isso, o jornalista Oscar Paxeco (que logo depois sugeria fazer de Carmona Marechal), e o terceiro um coronel do exército. As opiniões eram consentâneas com o estado de cada qual.

Outro inquérito sobre "a linha geral do pensamento português" começou por Joaquim Manso, director do *Diário de Lisboa* que, à sua maneira, não respondeu respondendo; depois foram as vezes de Domitília de Carvalho ("o feminismo é anti-cristão"), Caetano Beirão, a achar que o Estado devia intervir se desnacionalização se constatasse. Agostinho de Campos esse, pediria a "mobilização do espírito".

Uma foto de Roma ilustra artigo local de António Ferro: era o Ano XII, e a multidão, numa praça, pedia, em delírio: "Duce! Olha-nos com um sorriso!" Em Portugal eram intelectuais estrangeiros em visita, alinhados na escadaria de Alcobaça, com gente da casa a acompanhá-los: Ferro, Múrias, Paxeco, Forjaz Trigueiros. Todos nomes ilustres: Unamuno, Gabriela Mistral, Maeztu, Maritain, Duhamel, Maeterlink, d'Omerson, Romain, Curtius. Foram-lhes distribuídas fotografias com torturas da Pide, pela delegação portuguesa do Socorro Vermelho e com iniciais da FAI e da CGT. *Bandarra* pôs tal atitude ao horror dos leitores — quando também era oficialmente distribuído aos visitantes o album *Portugal-1934*, de bem diferentes fotos. "Le Portugal est à l'avant garde dans tous les domaines. L'album en est une preuve"!

Que Portugal, ou Portugais esses, não oferecia dúvidas ao jornal, nas colunas do qual logo Manuel Múrias troçava de um outro Portugal ainda, que Almada Negreiros expunha ou interrogava nos seus cadernos *Sudoeste* que então começara a publicar. Porque "quem não é por nós é contra nós", divisa que era preciso alargar do campo político (em que Salazar a colocara) ao campo intelectual, ou ao "sector espiritual". Espírito era a palavra mais usada nesta propaganda, em glosa da expressão que Ferro achara em Valéry, e que Augusto da Costa, que, aqui também, se esforçava por ser o ideólogo do regime, na sua mediocridade de arrivista, logo elogiava.

O n.º 25, de 31 de Agosto, vem o maior descaro político até então revelado, no seu elogio a Mussolini e ao "exemplo que está dando à Europa" — ao mesmo tempo que se atacava a "propaganda absurda da Etiópia selvagem contra a sua Itália radiosa". Um elogio da "Action Française" compõe o esquema — com assinaturas de João da Ega e de Francisco Manuel, Correia Marques ambos, provavelmente. No número seguinte, começou-se a publicar um longo depoimento anti-soviético de um comunista que explicava porque deixara de o ser, à luz da sua experiência de vagamundos por terras dele. Assinava F. Costa, sem grande imaginação de

credibilidade, nem esforço de informação no texto fabricado a baixo nível, que era certamente inferior ao comum dos leitores do jornal, erro evidente do Correia Marques, na sua estratégia. A menos que tal fosse, na verdade, a sua mentalidade — mas guardemos a reflexão...

Manuel Anselmo elogiava depois Manuel Campos Pereira que teve nesses anos uma certa aura de romancista, sub-Paço d'Arcos — como o próprio Augusto da Costa o foi, nas suas manobras de notabilização, de jornal em jornal, de volume em volume... Mas é politicamente que interessa observar a posição do *Bandarra* acelerar-se.

Assim, em Novembro (n.º 34), ele gabava-se de ver Hitler apoiar uma ideia já nas suas colunas expandida, ao declarar que só havia um país que podia desejar a guerra e era a Rússia. E Hitler era a seguir elogiado (n.º 37) pelo seu gosto artístico, na revolução estética que desencadeara na Alemanha — num texto assinado por António de Meneses, falso nome decerto, ou sempre do director.

No n.º 39, em 7 de Dezembro, Correia Marques passou a ter a seu lado, na direcção do jornal, Jorge de Faria, erudito crítico teatral que sempre defenderia ideias semelhantes. As razões da associação não parecem evidentes, porque o *Bandarra* não melhorou nem se corrigiu; nem cumpriu as grandes transformações de aspecto que então anunciou. É fácil pensar numa boia de salvação, sabendo que o jornal só durou mais um mês de quatro números.

Manuel Anselmo fez o elogio, com grande retrato, da poesia de Fernanda de Castro, mulher de António Ferro, Azinhal Abelho o do nacionalismo na arte do bailarino Francis que iria ser mais folclórica ainda — e, à morte de Fernando Pessoa (n.º 41), foi a publicação do seu retrato, em oval, de Vitoriano Braga, também do seu grupo de amigos, que terá vindo por intermédio do Ferreira Gomes. Foi ele acompanhado pela sua curiosa "justificação da Ditadura Militar", a que seria junto o "Interregno", por mais dois números, até ao fim da publicação. Era o processo de recuperação que começava, só por enquanto, compensado pela *Presença*.

Um conto de Guedes de Amorim, como outro de Luzia já visto no jornal, pode parecer estranho, mais que outro conto do Repórter X — dadas as referências ideológicas.

Uma série de entrevistas parecia então começar, sobre "A geração contemporânea de Salazar — a Geração da Ordem". Assinava-as Azinhal Abelho, jovem e medíocre poeta que o regime

propulsionava, e foram entrevistados um dos mais fracos expoentes dos salões do S.P.N. que viria a dirigir cursos de arte da Mocidade Portuguesa, José Amaro, e o violinista Herberto de Aguiar, de modesto renome também.

*Bandarra* aproximava-se do fim, visivelmente, em perda da qualidade polémica que ainda tivera ao princípio, para isso nascido. No n.º 42, em primeira página, com grande fotografia, um artigo sobre Mousinho de Albuquerque, de Manuel Múrias — com que intenção regenerativa da pátria, então sem chefes militares de prestígio, ignora-se. Ele já fora Nun'Álvares antes de se matar — agora que (ou quem) podia ser?...

Foi no penúltimo número; no 43 e último, a 11 de Janeiro de 1936, com um último conto, do conde de Aurora, na sua última página, sobrevivendo só quinze dias a *Fradique* mas deixando sozinho em liça *O Diabo*, *Bandarra* despedia-se dando conta de "Missão Cumprida". "Nasceu este semanário da necessidade de afirmar princípios e firmar posições quando os inimigos da Ordem e da Nação vieram dizer que eles eram os mais e os melhores". Qual a situação aludida? Simples forma rétorica — mas confessando então uma endemia que *O Diabo*, por exemplo mais visível, exprimia. "Respondeu-se-lhe cabalmente com uma grandiosa demonstração de forças do espírito, postas ao serviço da Causa que *Bandarra* veio servir". E o jornal afirma logo: "Eramos nós os mais numerosos e os melhores". Porque então suspender a publicação, considerando a patriótica missão assim cumprida? A desculpa estava encontrada com o anúncio da sua substituição por uma revista mensal que lhe continuaria "a obra realizada". Uma página inteira, com grande caracteres, anunciava, com efeito, *ESPIRITO revista mensal*, "brevemente". Nada dela se dizia — e nunca apareceu, mera finta para salvar as aparências, na impossibilidade de a levar avante. De qualquer modo, a palavra mágica: Espírito...

Na verdade, se não eram, por provas dadas em volta do Correia Marques, os "melhores", os colaboradores do *Bandarra* não eram também os mais numerosos, com a repetição dos nomes e a multiplicação dos pseudónimos do director. Nem os seus leitores — que por falência de vendas e assinaturas, o jornal teve que acabar, apesar de subsídios de S.P.N. que constavam, e foram considerados finalmente mal empregados. Só uma documentação de contabilidade em registos do Secretariado de Propaganda Nacional, hoje também impossível de obter, poderia dar elementos acertados

para avaliar as perdas havidas. Os ganhos, esses, não foram grande coisa, na imagem que *Bandarra* pode ou podia dar, da "Política do Espírito", com a maior parte dos militantes que tinha, ou mostrava nas suas colunas.

Se "Espírito" não houve em forma da revista anunciada, outro semanário foi, porém, lançado em 30 de Setembro do ano que começara com a falência de *Bandarra*, e continuando a opor-se a *O Diabo* que ia resistindo, então já dirigido pelo Professor Rodrigues Lapa: o *Acção*, "semanário português para portugueses", tendo então como redactor principal e editor o Augusto Ferreira Gomes que fora motor do hebdomadário anterior. O novo título não era tão original: durante o ano de 1933, em seis números, de Janeiro a Dezembro, existira uma "revista cultural e de formação católica", com o mote de "Estudo, Piedade, Acção", sob a "bênção de Deus" assegurada pelo Cardeal Patriarca Cerejeira e redacção no próprio Patriarcado, embora de direcção laica atribuída a A. Leite de Sampaio. Os temas foram-lhe os convenientes, com S. Tomás de Aquino, Gama e Castro — e ideia do poeta Correia de Oliveira ser apresentado ao Prémio Nobel. O título andara já na imprensa portuguesa como órgão de Defesa dos Interesses dos Caixeiros Portugueses (no Porto, em 1913-16) e da classe Telégrafo-Postal em 1924 e 25 — e também, mais acesamente, como semanário de Tomar, dirigido pelo jovem Fernando Lopes Graça, que pode durar de 1928 até 31, com franca exibição anti-clerical, crítica ao próprio Salazar e, mesmo, laivos de marxismo, que a Censura local ia deixando passar por ignorância e mau controle...

A acção agora era outra — e "para a Frente, nem Direitas nem Esquerdas" no novo mote da estratégia, o semanário partia mais uma vez à procura de "portugueses" que o lessem e comprassem, embora com finanças de certo mais garantidas oficiosamente, nunca se saberá por que "caixa negra". O jornal foi, aliás, mais bem estruturado que *Bandarra*, com secções definidas, logo de "Sete dias na semana" — como *O Diabo* tivera, mas ali a cargo de um jornalista de cor oposta mas qualidade também certa, o jovem Dutra Faria, açoriano à conquista da Capital. Olavo de Eça Leal assegurava com brio uma rubrica de "Conta gotas" e mesmo João Gaspar Simões, por engano de que logo deu conta (vindo por via de Pessoa-Ferreira Gomes?) teve secção de teatro no primeiro número. Outras eram, página a página, consagradas à "Acção Económica", à "Imperial", à "Militar", à "Social" (ou seja

corporativa). De Dutra Faria anunciava-se o "Diário de um Intelectual Comunista" (que viria a sair em folhetins e em volume), pretencioso em certa mediocridade lírica, mas bem melhor que as memórias do F. Costa — "Bandarra". Desenhos anti-burgueses como desejavam o jornal e a sua "política de espírito" (aliás passada em silêncio de menção) foram devidos, em primeira página, a Arlindo Vicente, que vinha da *Presença* e de Rolão Preto e caminharia para outras opções futuras. Mais tarde viria Cândido Costa Pinto contra os Republicanos espanhóis — que o tempo de guerra civil chegara e, "Frente a Frente", os portugueses-leitores de *Acção* deviam definir-se "contra o Comunismo! contra a Intervenção! (das democracias, entenda-se, no truque da designação) contra o Iberismo!", e reunir-se numa "frente nacional". O jornalista Satúrio Pires "descrev(ia) a marcha vitoriosa dos nacionalistas" — e a Legião Portuguesa era então anunciada, em "marcha" também: era a "Acção directa" de sua meta e o semanário dava-lhe "o seu mais franco e mais caloroso apoio". "Alma do Legionário" era a do jornal, com praça assentada, certamente, dos seus colaboradores... "Como esparregado era excelente", teria dito o Oliveira Guimarães do *Dominó*, olhando a cor das camisas — que o Ribeiro Colaço do *Fradique* já dissera não envergar, de qualquer cor. O *Diabo* calava-se, para evitar cortes da Censura ou pior... E *Acção* começava a tirar citações do *Je suis partout* e do *Gringoire* (que assegurava ser André Malraux "un voleur", traduzido de propósito por "gatuno"), futuros jornais parisienses da colaboração nazi. Tudo estava na Ordem programada, e na acção devida — que duraria até 1938 e depois, já sobre a proibição d'0 *Diabo*, em 1941 e 42, com mais verrinosa direcção de Manuel Múrias.

... *Bandarra* ficara para trás, no período de formação da Ordem definido entre a União Nacional e a Legião, o mundo conservador, ainda pensado por Salazar, e o mundo novo que o queria pensar a ele — o que não pode nem poderia lusitanamente ser...

Na sua própria situação, de ensaio grosseiro da "Política do Espírito" que não daria para muito mais, mas foi inabilmente entregue a um jornalista como Correia Marques — o *Bandarra* foi marca significativa na vivência intelectual possível do Estado Novo, a meio dos anos 30.